

12- FORÇAS ARMADAS

Claro, aqui está o resumo do texto fornecido:

Resumo do Regime Jurídico dos Militares das Forças Armadas

O texto descreve o regime jurídico único que rege os membros das Forças Armadas brasileiras (Exército, Marinha e Aeronáutica), consolidado em um projeto de lei. Este regime é distinto do dos trabalhadores civis (CLT ou estatutários) e está baseado na **hierarquia e disciplina**.

Principais Características:

1. **Legislação Própria:** É regido por leis específicas (como a Constituição Federal, o Estatuto dos Militares e a Lei Complementar nº 117/2004), e não pela CLT.
2. **Categorias:** Divide os militares em três categorias: da Ativa, da Reserva e Reformados.

Direitos e Vantagens:

- **Remuneração:** Composta por soldos (salários), 13º soldo, adicionais por tempo de serviço, gratificações e indenizações.
- **Auxílio-Alimentação:** Valor diário (até R\$ 40,00) com base em uma tabela progressiva decrescente, conforme a faixa salarial. Deve ser usado exclusivamente para alimentação e o valor não utilizado não é acumulativo.
- **Aposentadoria:** Regime próprio (RPPS Militar) com requisitos como 35/30 anos de serviço (homens/mulheres) ou por idade (mínimo de 60 anos).
- **Saúde e Assistência:** Atendimento em hospitais militares, licenças (maternidade de 180 dias, paternidade de 20 dias), auxílio-funeral e auxílio-moradia (em alguns casos).
- **Carreira:** Progressão baseada em tempo de serviço, mérito e cursos. Estabilidade após 10 anos de serviço.

Deveres e Restrições:

- **Proibição de Greve:** Militares não têm direito à greve.
- **Vedação Política:** Não podem filiar-se a partidos políticos ou manifestar posicionamento político em serviço.
- **Hierarquia e Disciplina:** Obediência rigorosa à cadeia de comando.
- **Prisão Especial:** Em caso de crimes comuns, a prisão ocorre em estabelecimento próprio.
- **Exclusividade de Serviço:** Não podem exercer outras profissões remuneradas sem autorização.

Diferenças em Relação aos Cíveis:

- Não têm acesso ao FGTS.
- Não podem formar sindicatos.
- A jornada de trabalho é flexível, incluindo plantões e prontidão.
- Crimes são julgados pela Justiça Militar.

Objetivo do Projeto de Lei Consolidado:

O texto final apresenta um **Projeto de Lei** que visa **consolidar e sistematizar** toda essa legislação dispersa em um único documento. O propósito não é criar novos direitos ou despesas, mas sim:

- Promover **segurança jurídica**.
- Oferecer **transparência**.
- Aumentar a **eficiência administrativa**.

A proposta reforça o caráter consolidador, mantendo as leis-base (como o Estatuto dos Militares) intactas e servindo como uma compilação autorizada e centralizada das normas existentes.